

HISTÓRIA, POLÍTICA E IDÉIAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL *HISTORY, POLICY AND PEDAGOGICAL IDEAS IN MATO GROSSO DO SUL'S PUBLIC EDUCATION*

Marisa Bittar*

RESUMO

Este trabalho discute dois aspectos da educação pública sul-mato-grossense de 1983 a 2003: a) o início da sua democratização ocorrida durante o primeiro governo eleito; b) a recorrência de idéias, propostas e práticas oriundas desse mesmo período em governos que o sucederam. Tendo se tratado de uma política educacional polêmica já na sua época, combatida por setores conservadores e de direita, aqui se examina as razões dessa possível continuidade. Com base em fontes primárias como documentos governamentais, programas de partidos políticos, entidades docentes e discentes, jornais, entrevistas, panfletos etc, a pesquisa considerou o primeiro governo eleito da história de Mato Grosso do Sul como parâmetro inicial da democratização da educação pública, principalmente no aspecto da gestão escolar. Cotejando a sua política educacional com os governos que o sucederam buscou-se pontuar elementos de continuidade nas políticas subseqüentes, especialmente no governo de Pedro Pedrossian (1991-1995) e no de Zéca do PT (1999-2003).

Palavras-chave: Pensamento pedagógico; Partidos Políticos; Políticas educacionais

ABSTRACT

This article discusses two subjects of Mato Grosso do Sul's public education (1983-2003): a) the beginning of its democracy under Wilson Barbosa Martins Government (1983-1985); b) some ideas, purposes and actions which remains after that. Polemic subject in its own time, refused by left press, what is studied here is why it remains yet. Based on primary documents, journals, parties' programs, interviews etc, this research took the first elected government, during military regime, as the beginning of democratic public education, mainly in school administration. Comparing its educational policy with the posterior governments, the article emphasizes the continuity points of those policies, mainly Pedro Pedrossian (PTB, 1991-1995) and "Zeca do PT" (PT, 1999-2003) governments.

Keywords: Pedagogical Ideas; Policies Parties; Educacional policies.

* Professora do Departamento de Educação da UFSCar e doutora em História Social pela USP.

Introdução

Este artigo discute dois aspectos da educação pública sul-mato-grossense circunscrita no período de 1982 a 2003: a) o início da sua democratização ocorrida durante o primeiro governo eleito em 1982); b) a recorrência de idéias, propostas e práticas oriundas desse mesmo período em governos que o sucederam. Tendo se tratado de uma política educacional polêmica já na sua época, combatida por setores conservadores e de direita, o problema que aqui examino diz respeito às razões dessa possível permanência.

A opção por estudar Mato Grosso do Sul circunscreveu-se ao desejo de contribuir para o preenchimento de uma das lacunas da história da educação brasileira, uma vez que as políticas de estados considerados periféricos não foram, ainda, suficientemente estudadas. No campo da historiografia, Carlos Guilherme Mota, em *Ideologia da Cultura Brasileira*, ao mesmo tempo em que criticava o “*empirismo rústico*” presente em grande parte da produção acadêmica, já assinalava a importância das “monografias de base” como tendência da pesquisa histórica universitária que, de certo modo, substituiu a produção anterior, “*que não se limitava a um campo específico e mesmo quando tratava de uma região específica generalizava as conclusões para o Brasil como um todo*”; prossegue afirmando que “*os explicadores do Brasil, quando são especialistas em um dois séculos, extrapolam as suas teses e conclusões para todos os tempos*”¹. Já na pesquisa educacional, Dermeval Saviani propôs o levantamento de fontes primárias em todo o território brasileiro com a finalidade de preencher lacunas do conhecimento. Inspirada por esses autores, no início da década de 1990, decidi pesquisar a política educacional sul-mato-grossense e quando iniciei, no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o tema ainda não havia sido estudado até porque aquele Programa de Pós-Graduação estava em sua segunda turma e as pesquisas nessa área apenas começavam. Desde então, muito já se fez, o que revela a riqueza temática inerente a um estado historicamente jovem e o seu potencial de pesquisa.

Em termos metodológicos, eleger Mato Grosso do Sul como campo empírico de pesquisa remete à necessidade de se demarcar a relação entre história regional e nacional, uma vez que, tradicionalmente, nas pesquisas de cunho histórico, quando se escolhe um recorte territorial dessa natureza o estudo é circunscrito no terreno da chamada história regional. Assim, minha intenção é a de relacionar o particular com o geral numa tentativa de não absolutizar o particular isolando-o do contexto geral e, ao mesmo tempo, de não anulá-lo. O acontecimento é local mas fruto de múltiplas determinações, por isto a necessidade de articular a parte ao todo. Isolar o particular do geral é obscurecer, não ir à essência do fenômeno. Em outros termos, é necessário buscar a visão da árvore a partir do bosque.

Considerando ainda que discutir pesquisa histórica é discutir concepções de História, na escolha deste tema está implícito o desafio metodológico de se abordar um período recente cujos protagonistas estão vivos e atuantes, mas isto só é possível porque não se tem aqui a ilusão de uma história neutra, desprovida de supostos, que reconstitui

¹ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, p. 30.

o passado, como também não se nega o envolvimento do sujeito com o objeto na produção do conhecimento. Isto, obviamente, não equivale a dizer que o pesquisador está desobrigado de demonstrar suas hipóteses, problemas e impressões iniciais sobre o objeto. Em outras palavras: o sujeito não inicia sua pesquisa com a resposta pronta, pois se assim o fosse, desnecessária seria a própria pesquisa. Mas, ao escolher um tema, já tem algumas noções sobre ele. Tais idéias iniciais, impressões, desconfianças, são os elementos necessários para a formulação do problema de pesquisa. Todo o caminho percorrido pelo pesquisador, então, será o de buscar aprofundar e ampliar o mais possível o seu exame para dar resposta ao problema formulado.

Por fim, é conveniente lembrar que o processo do conhecimento se dá através de aproximações sucessivas. Como escreveu Adam Schaff em *História e verdade*, não se pode cometer o equívoco de identificar o caráter objetivo da verdade com o seu caráter absoluto. Por isso, as verdades parciais não são erros; constituem verdades objetivas, se bem que incompletas. Se a história nunca está definitivamente acabada, se está subordinada a constantes reinterpretações, daí resulta apenas ser ela um processo e não uma verdade absoluta.

O uso e a importância das fontes na pesquisa em história da educação

Mato Grosso do Sul, pela sua condição de unidade federativa nova, é um campo vasto para os pesquisadores, pois possui inúmeros temas que ainda não foram objeto de investigação sistemática. Desbravar este universo de estudo é um desafio para a criatividade e a disposição dos pesquisadores. É um campo que, por assim dizer, está à sua espera. Os pesquisadores que têm se dedicado a desbravá-lo contam com uma vantagem inicial: raramente correm o risco de se repetirem pois quase todos os estudos são inéditos. O desafio encantador do ineditismo, porém, traz consigo uma dificuldade intrínseca: é ao próprio pesquisador que cabe a tarefa de “garimpar” as fontes. De fato, ao mesmo tempo em que este campo empírico apresenta grandes lacunas, espaços vazios a serem preenchidos pela pesquisa, não conta com arquivos e bibliotecas suficientes e apropriadas para os estudos na área de Ciências Humanas, como é o caso da História² e da Educação.

Os estudiosos, invariavelmente, despendem muito tempo e energia até encontrar o caminho das pedras. Não raro, acaba ocorrendo que cada pesquisador termina por formar o seu próprio arquivo, e, com isto, contribuindo para preservar documentos que, sem a sua diligência, talvez desaparecessem. A propósito, grande parte dos documentos relativos à política educacional do primeiro governo eleito de Mato Grosso do Sul, por ocasião da minha pesquisa de Mestrado (1989-1992) estavam totalmente dispersos, enquanto outra, simplesmente perdida. Do existente, alguns achavam-se guardados pelo próprio titular da pasta na época, Leonardo Nunes da Cunha, bem como por outros profissionais que haviam trabalhado na Secretaria de Estado de Educação, entre os quais eu me incluía. Na própria Secretaria havia alguma coisa, mas não de forma organizada e institucional e, sim, resultante do trabalho zeloso e responsável de algum

² O Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conta com um arquivo diligentemente organizado há anos por Paulo Cimó, professor e pesquisador do campus de Dourados.

profissional do órgão³. Assim, felizmente, algo foi preservado e, ao iniciar a minha pesquisa, realizei verdadeira maratona para localizar, reunir e organizar tudo quanto fosse possível, hábito que incorporei. A partir de então, meu arquivo pessoal sobre a história e a educação pública sul-mato-grossenses não parou de crescer.

Essa pesquisa, por exemplo, foi imprescindível o acesso às fontes primárias, como documentos produzidos pelo Estado (planos, leis, resoluções, ofícios, programas de governo etc.) e pelas organizações da sociedade civil (programas de partidos políticos, resoluções congressuais de entidades docentes e discentes, panfletos, jornais, ofícios etc.).

Uma outra fonte bastante valiosa foram os jornais referentes ao período, tanto as matérias sobre educação como também as de cunho político mais geral. Neste caso, tais matérias, e aqui trata-se principalmente de o *Correio do Estado*, foram tomadas também como documentos históricos, ou seja, o tratamento metodológico utilizado no seu trato foi o mesmo dispensado às demais fontes. Ou seja, não tomei como verdade o que veiculam, ao contrário, um jornal como este, desempenha papel semelhante ao de um partido político, portanto, ele também deve ser submetido ao crivo da análise. Com relação ao *Correio do Estado*, principal jornal diário de Mato Grosso do Sul, estudando a sua história é possível afirmar, sem exagero, que nos seus cinquenta anos de existência, ele vem desempenhando o papel de partido no sentido gramsciano, isto é, veicula ideologia, forma opinião, reproduz interesses e assume posição favorável aos grupos hegemônicos. Basta observar, por exemplo, todo o seu histórico engajamento pela divisão de Mato Grosso quando apoiou os interesses divisionistas da oligarquia agrária do antigo sul do estado uno e, depois, as relações e o tratamento dispensado aos governos que se seguiram.

Na mesma linha enquadram-se as entrevistas com dirigentes políticos e educacionais. Elas não se constituíram em fonte principal da pesquisa. Entretanto, foram necessárias para fornecer informações que não constavam em documentos ou mesmo para confirmar outras, mas os depoimentos concedidos não são tomados como verdades em si: foram cotejados com outras fontes e também submetidos à interpretação. Com isto, esclareço que a perspectiva adotada no uso dessa fonte é distinta daquela que subjaz ao relativismo histórico, para o qual, cada um tem a sua verdade. O procedimento aqui utilizado é oposto ao da perspectiva de representação social, uma vez que esta supõe o depoimento como a verdade, sem a mediação das contradições e das relações ideológicas. Não busco aqui uma representação mas aproximar-me o mais possível do objeto para desvendar o seu "segredo", ao passo que a representação indica apenas um aspecto da construção do conhecimento: o fenômeno. O pesquisador que se ativer exclusivamente a este aspecto do objeto pode se enganar, como analisou Karel Kosik, "*o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só*

³ Cito o assessor de gabinete, Gerson Carlos Russi, que ainda desempenha suas funções na Secretaria e toma o cuidado de guardar, no seu âmbito, documentos importantes, além de se constituir, ele próprio, uma memória viva da Secretaria de Educação desde a criação de Mato Grosso do Sul.

de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos"⁴.

Na perspectiva dialética, o objeto é o que é: cabe ao pensamento captar a sua integridade e complexidade. Neste sentido, a tarefa do pesquisador é analisar o seu objeto sob diversos ângulos, tentando descobrir aquilo que, a princípio, lhe parecia obscuro, desconhecido. Como esclareceu Karel Kosik, no esforço de conhecer a "coisa em si", o sujeito deve distinguir entre fenômeno e essência. O primeiro outra coisa não é senão aquilo que diferentemente da essência oculta se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência. Mas a percepção imediata não capta a estrutura da coisa e para compreendê-la, é necessário fazer um "desvio" que nada mais é do que um exercício do pensamento para compreender o objeto, pois, parafraseando Marx, se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis. Assim, enfatiza Kosik, "*o esforço direto para descobrir a essência, a estrutura da coisa constitui desde tempos imemoriais, e constituirá sempre, tarefa precípua da filosofia*"⁵. Nesta perspectiva, o princípio é o de que os dados não falam por si: quem lhes dá voz é o pesquisador.

Mato Grosso do Sul: do dualismo político aos governos do Partido dos Trabalhadores

Mato Grosso do Sul foi criado pelo regime militar em 1977 em decorrência da combinação de dois fatores: a) as lutas empreendidas por frações da classe dominante sulista pela divisão do antigo Mato Grosso; b) o projeto de auto-reforma da ditadura militar cuja finalidade era aumentar sua base de sustentação política. O projeto da oligarquia sulista remontava ao século XIX e durante toda a chamada saga divisionista jamais obtivera respaldo do governo federal. O regionalismo, elemento intrínseco à formação histórica do sul de Mato Grosso, assumiu a forma mais radical - o divisionismo - mas não teve êxito até que se conjugou ao projeto orgânico da ditadura militar no sentido de expansão e fortalecimento do capitalismo, além de inscrever-se na geopolítica militar de segurança nacional, da qual era adepto o general-presidente Ernesto Geisel. Pesou também um desígnio mais imediato que consistia em alargar a sua base de sustentação num momento em que as oposições ao regime ditatorial cresciam de norte a sul, de leste a oeste, em todo o país. Criar uma nova unidade federativa atendendo à secular demanda de uma classe, cuja fração hegemônica, aliada ao regime autoritário, poderia assumir o controle político pós-divisão não foi tarefa difícil para a ditadura. A população das duas regiões interessadas (norte e sul) simplesmente não foi ouvida: a criação de Mato Grosso do Sul resultou de um ato de cima para baixo, bem ao estilo das transformações "pelo alto", características do Estado brasileiro, de que tratou Caio Prado Júnior em *Evolução política do Brasil*.

Assim, apesar da existência de movimentos separatistas desde o final do século XIX, a criação da nova unidade federativa não foi causada por nenhuma espécie de manifestação de massas, já que tais movimentos haviam sido efêmeros e não chegaram

⁴ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*, p. 11.

⁵ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*, p. 12-13.

a contar com mobilização popular, indicando que a causa separatista, se de fato existia, era restrita a um fração da oligarquia agrária. A chave para o entendimento da divisão de Mato Grosso deve ser buscada, pois, no entrelaçamento de interesses do governo militar com os da classe dominante do sul de Mato Grosso uno, que desejava criar uma nova unidade federativa na qual pudesse exercer o poder político. Tratava-se de uma classe que detinha o poder econômico proveniente da posse de terras e da pecuária, que também detinha grande parcela do poder político no cenário estadual, mas isto não lhe bastava: seu desígnio era exercer este poder no “sul”, portanto, um território próprio teria que ser criado para que, ali, onde esta classe habitava, ela construísse o seu estado. Se a divisão de Mato Grosso tivesse que ser realizada por um poder arbitrário como de fato o foi isto não a constrangia. Importava-lhe apenas que Mato Grosso do Sul fosse criado.

Mas apesar da forma anti-democrática que regeu a sua criação e dos interesses em jogo, os seus defensores alardeavam que Mato Grosso do Sul seria o “estado modelo” da nação. Como sustentação da tese, limitavam-se a lançar críticas ao governo de Mato Grosso, às autoridades e “políticos de Cuiabá”, que negligenciavam os “interesses do sul” e tinham na corrupção e no “clientelismo” uma prática corriqueira⁶.

Seu primeiro governo instalou-se em 1979 sob o rótulo de “governo técnico”, contrariando, porém, os interesses políticos locais que, divergentes, não obtiveram consenso em torno de um nome a ser indicado pelo general Geisel, então presidente. Lutas acirradas entre facções da classe dominante pelo poder estadual marcaram aquele começo: de 1979 a outubro de 1980, Mato Grosso do Sul teve três governadores, todos da ARENA e impostos pela ditadura militar. Isto ocorreu porque o grupo mais forte deles, encabeçado por Pedro Pedrossian (ARENA) se engalinhava numa disputa política que o seu chefe fosse o indicado a primeiro governador. Frustrado no seu interesse, Pedrossian articulou a queda dos dois primeiros governadores do “estado modelo”: Harry Amorim Costa e Marcelo Miranda Soares, respectivamente, em junho de 1979 e setembro de 1980.

A essa instabilidade político-institucional, seguiu-se o primeiro governo eleito, em 1982, e uma das razões que explicam a sua inesperada vitória, foi exatamente a sucessão de desmandos e atos arbitrários que marcaram a gênese do estado. O PMDB vencedor naquele pleito consistia numa frente democrática que abrigava forças de diversos matizes ideológicos, inclusive os da esquerda clandestina, principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, impedido de existência legal, combatia a ditadura atuando na sigla peemedebista. Tratava-se, portanto, de um PMDB progressista que se legitimara na luta anti-ditatorial. O primeiro governo eleito de Mato Grosso do Sul, o de Wilson Barbosa Martins, além de ter se oposto ao regime militar, representava forças políticas contrárias aos grupos que vinham dominando o poder estadual e tinham sido beneficiados diretamente pela criação de Mato Grosso do Sul, ou seja, as facções da antiga ARENA/PDS, cuja hegemonia era exercida por Pedro Pedrossian.

⁶ Sobre a gênese de Mato Grosso do Sul, o processo divisionista e a prática da classe dirigente sul-matogrossense tratei na minha tese de doutorado, em dois volumes, intitulada “Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da USP, em 1997.

Essa primeira metade dos anos 80 foi caracterizada pela contradição entre elementos novos (democráticos) e velhos (conservadores), inerentes ao processo nacional de superação do regime e à implantação do Estado de direito democrático, e acabou culminando com a instauração do poder civil sem promover rupturas, isto é, preservando-se o quanto possível os elementos da antiga ordem. Em termos teóricos, pode ser explicada segundo a concepção de “revolução passiva”, de Gramsci, em que o grupo hegemônico se apropria de uma demanda popular colocando-se na sua condução para que a nova ordem daí advinda permaneça sob o seu controle. A passagem do regime militar para o civil também pode ser compreendida segundo o modelo clássico de transformações pelo alto, que seguiu a tendência histórica analisada por Caio Prado Júnior⁷. Uma vez que os elementos conservadores da antiga ordem predominavam na nova, não tardou que os grupos antes ligados ao regime militar, voltassem ao poder. Aliás, mesmo os governos mais progressistas eleitos em 1982, estabeleceram composições com setores de direita. Foi isto que possibilitou, em Mato Grosso do Sul, a volta de Pedrossian nas eleições de 1990 configurando um revezamento entre o seu próprio grupo e o de Wilson Barbosa Martins⁸. Tal reincidência fez com que o estado vivesse, desde a sua criação, até 1998, entre o pedrossianismo e o anti-pedrossianismo, dualidade rompida com a vitória da coligação *Muda MS* (PT, PPS, PDT, PC do B) encabeçada por José Orcirio dos Santos (Zéca do PT), nas eleições de 1998 para o governo do estado⁹.

Lutas por democracia e pensamento educacional em Mato Grosso do Sul

Politicamente, o início dos anos 80 foi marcado pelas eleições estaduais de 1982 e pela campanha das Diretas-Já, em 1984. Nos dois casos a questão democrática estava posta em termos da derrota da ditadura por meio de eleições: as de governadores, em 1982, e as de presidente da República, frustradas em 1984. Após vinte e um de ditadura, esses dois eventos adquiriram forte significado: as eleições foram super-valorizadas e não poderia ter sido diferente após longos anos de jejum eleitoral - e de certa forma, no campo educacional, houve um entendimento generalizado de que a democratização da escola deveria passar pelo mesmo processo de democratização da sociedade. As eleições para diretores passaram a ser vistas como a forma de se implantar a democracia na escola pública. Concomitantemente a este sentimento, foi instaurado o primeiro governo eleito da história de Mato Grosso do Sul.

⁷ O processo de modernização autoritária, ou “pelo alto”, que caracterizou a “revolução brasileira” também foi densamente analisado por Florestan Fernandes. Tanto o seu modelo explicativo quanto o de Caio Prado Júnior, além de encontrar similitude nas análises teóricas de Gramsci, lembram Lênin, quando analisou o caso russo como “via prussiana”.

⁸ Na verdade, a dualidade foi um traço político herdado da história de Mato Grosso uno. No período compreendido entre 1945 e 1964, dois grupos políticos dominaram o cenário estadual: Filinto Müller, do Partido Social Democrático (PSD) e Fernando Corrêa da Costa, da União Democrática Nacional (UDN). Pedro Pedrossian e Wilson Barbosa Martins foram, respectivamente, os seus herdeiros.

⁹ Zéca do PT foi reeleito nas eleições de 2002, mas não conseguiu reeditar a mesma aliança política.

Parte componente do movimento de democratização da sociedade brasileira, o governo Wilson Barbosa Martins (PMDB), por meio da Secretaria de Educação, deu início a um processo inédito de discussão ampla nas escolas, entidades docentes e discentes com vistas a romper a lógica de formular o Plano Estadual de Educação em gabinetes. O primeiro Plano, de 1980, por exemplo, havia sido elaborado nesses moldes.

Foi justamente contra as práticas autoritárias que o governo de 1982 havia sido eleito, inclusive com amplo e notório apoio do movimento docente, que representava uma categoria maltratada pelo governo cessante (Pedrossian), submetida a salários arrojados, e uma escola pública controlada pelo partido governista, que apoiava a ditadura militar. O movimento estudantil secundarista, vigoroso na época e liderado por militantes do PCB, também participara da campanha de 1982.

No início de 1983, conclamando essas categorias à participação, a Secretaria de Estado de Educação editou um amplo movimento denominado *Educação para a democracia*, que lançou as bases para elaborar o seu Plano Estadual de Educação. O PCB, hegemônico na esquerda sul-mato-grossense na época, apoiava esse governo, e por meio da militância nos movimentos docente e discente, engajou-se fortemente nessa iniciativa. Já o Partido dos Trabalhadores, que vinha se formando, lançara candidato próprio nas eleições de 1982 e ainda exercia pouca influência, fêz oposição a esse governo. Foi o PCB, portanto, embora ilegal e sem sigla própria, o partido de esquerda que influenciou a política de democratização da educação sul-mato-grossense nesse período até porque participou da Secretaria de Educação.

Foi num ambiente de efervescência política e de grande participação e expectativa que a Secretaria lançou a sua proposta. A análise do documento inicial, das proposições defendidas pelas escolas e entidades, bem como do próprio Plano Estadual de Educação, elaborado em 1985, permitem perceber que o eixo político-pedagógico de todo o processo era a democracia. Observemos, inclusive, o nome do Congresso *Educação para a democracia*: este título, além de denotar o ambiente político da época, marcada pela luta contra a ditadura, inevitavelmente nos remete à reflexão sobre o pensamento pedagógico brasileiro, cuja corrente mais forte talvez tenha sido a Escola Nova, e, ao analisá-la, percebemos a influência dos seus princípios na proposta da Secretaria de Educação da época.

Educação para a democracia é também o título de uma das obras de Anísio Teixeira, um dos dois nomes mais importantes da educação brasileira. Basta lermos os seus escritos, bem como os de Dewey, além do imprescindível *Manifesto dos Pioneiros*, de 1932, para constatar os quanto aí estão presentes a questão da democratização das relações de poder na escola, a valorização do educando, a substituição da autoridade imposta pela autoridade consentida (nos princípios pedagógicos da Escola Nova já estavam presentes a idéia de república escolar, por exemplo). Outro elemento que reforça esta tese é a própria pessoa do Secretário de Educação da época, Leonardo Nunes da Cunha, nomeado “com o apoio da esquerda” (PCB), como noticiou o jornal *Diário da Serra*. Admirador de Anísio Teixeira, valorizava os princípios dessa corrente pedagógica criada pelo norte-americano John Dewey que influenciou fortemente a educação brasileira a contar dos anos vinte.

Baseada na crença exagerada da escola como instrumento de transformação social; no respeito e no deslocamento do papel do educando para o primeiro plano das reflexões pedagógicas; na importância da participação dos segmentos envolvidos no processo pedagógico para evitar toda e qualquer espécie de autoritarismo, a Escola Nova, embora não mencionada nos documentos e debates da época em que começou a se efetuar a democratização da escola pública sul-mato-grossense, foi a concepção teórica subjacente ao Congresso *Educação para a democracia*.

A análise das propostas aprovadas no referido Congresso mostra essa influência com a ênfase que foi dada à participação e representação docente e discente em órgãos oficiais, como o Conselho Estadual de Educação, além da ampla reorganização estudantil com apoio da Secretaria. Até então, as relações internas da escola eram marcadas pelo autoritarismo e centralismo de decisões; já a partir da vitória da oposição em 1982, só se falava em liberdade de expressão e organização na área educacional. Além disso, as eleições para diretores consistiram, talvez, no ponto alto do processo de oxigenação das relações pedagógicas nas escolas públicas estaduais. Mas é importante observar nos documentos da época, além da demanda pela valorização profissional e salarial dos docentes, preocupações essencialmente pedagógicas sobre o funcionamento da escola como, por exemplo: a redução do número de alunos em sala de aula; a necessidade de reformas curriculares; reflexões sobre métodos de alfabetização; enfim, reivindicações que, praticadas, elevariam a qualidade de ensino na escola pública.

Na trajetória percorrida por outros estados brasileiros nos quais a participação no processo educacional era um elemento forte, encontravam-se, igualmente, influências da Escola Nova. Várias Secretarias de Educação enfatizaram pontos semelhantes, cuja matriz tinha na democracia o elemento central sendo que a forma mais reivindicada de exercê-la, era justamente a participação docente e discente no processo decisório, coincidindo com um dos pilares teóricos da Escola Nova, que consistia na concepção de escola como uma espécie de "república escolar".

Não foi por acaso que no Paraná, desde o início de 1983, o aspecto mais realçado para democratizar a educação era o das eleições escolares. *O Paraná deu a sua lição de democracia ao eleger os diretores escolares*, anunciavam cartazes da época. Esta concepção de democracia deve ser compreendida dentro do contexto político da época e teve sua importância para a escola pública mas, ao ser transposta para o campo educacional, assumiu caráter reducionista, isto é, a democratização passou a ser vista por um único ângulo: o das eleições para diretores escolares. É notável, por exemplo, que em Mato Grosso do Sul, o aspecto quantitativo da democratização não fosse tão debatido, embora os dados da época indicassem 30 mil crianças, de 7 aos 14 anos, fora da escola¹⁰. A exigência de universalização do ensino fundamental, grau de ensino obrigatório e estatal desde a reforma de 1971, ainda não estava satisfeita em Mato Grosso do Sul, o que levou a Secretaria de Educação a tomar medidas emergenciais mas, mesmo assim, ela foi alvo de contestações do próprio partido governista, que não

¹⁰ Os dados da Secretaria de Estado de Educação apontavam 30 mil, enquanto os da FEPROSUL, entidade docente, 100 mil.

apoiou o Congresso *Educação para a democracia*. Setores mais à direita do PMDB, na verdade, engrossaram fileiras da crítica anti-comunista.

As eleições para diretores escolares, tema recorrente das políticas educacionais da época, foram praticadas primeiramente pelo governo do Paraná, em duas etapas: a primeira, em 1983 (listas tríplexes); a segunda, no final de 1984, eliminando-se as listas tríplexes. Em Minas Gerais, o *Congresso Mineiro* da Educação, a contar de 1983, indicou a alternativa dos colegiados escolares.

Em Mato Grosso do Sul, a questão da escolha e nomeação de diretores constituía-se num dos grandes problemas a serem enfrentados. Até 1983, não havia qualquer critério pedagógico que normatizasse o assunto. O partido do governo (ARENA/PDS) escolhia, nomeava e afastava os diretores de acordo com interesses político-partidários do momento, criando, ao longo dos anos, laços clientelistas e de submissão da escola ao partido governista. Note-se que, em muitos dos casos, com a concordância dos próprios educadores. Tal procedimento encontrava-se fortemente consolidado e não se constituía meramente numa imposição do governo mas num jogo de interesses estabelecido entre este, o seu partido e uma parte dos diretores. De fato, havia uma cultura gestada pelo autoritarismo que permitia tais arranjos. Por isto, no momento em que a proposta de eleição foi apresentada pelos movimentos docente e discente, aprovada pelo Congresso Estadual *Educação para a Democracia* (1983) e transformada em decreto governamental, passou a ser combatida. Surpreendentemente, a direção do movimento docente entendeu que a lista tríplex era anti-democrática; já a Assembléia Legislativa, considerou que tal medida não fora precedida da consulta aos deputados; quanto à imprensa conservadora de maior influência, identificou nas eleições a “bandeira soviética” que iria “comunizar as escolas”. Farta documentação revela a campanha anti-comunista empreendida contra a Secretaria de Educação durante os anos de 1983, 1984 e 1985. O material recolhido dos principais jornais da época exibem manchetes reveladoras: “Secretário faz política nas aulas” (A Crítica, 26.02.84); “Leonardo é comunista e incompetente” (O Combate, 12.04.85); “Os comunistas enrustidos” (Correio do Estado, 22.05.85); “Eleições para diretores: nova jogada política de Wilson” (O Combate, 17.05.85); Pregação num livro didático” (Diário da Serra, 14.06.84); “Deputado denuncia lavagem cerebral em alunos de Mato Grosso do Sul” (Jornal da Manhã, 23.09.83); “Vereador Giordano intensifica sua luta contra os comunistas” (A Crítica, 07.07.85); “Mato Grosso do Sul sem governo: grupo de anarquistas assumem o poder” (O Combate, 07.09.84). Alguns excertos de editoriais da época também são elucidativos:

Ao estabelecer o regime de diretas-já para a escolha dos diretores de escolas, o secretário Nunes da Cunha acabou dando a prova maior de sua precipitação [...]. É coisa imaginada pelos mentores maiores do PCB, partido da simpatia do secretário [...] É uma fórmula mágica para 'comunizar' as escolas estaduais¹¹.

Aqui, como se percebe, a rejeição às eleições para diretores e a tentativa de relacioná-las aos comunistas. Na matéria seguinte, a mesma crítica ao processo democrático e ao “perigo” das eleições, além de rotular o Secretário de Educação de “comunista”:

Os ideais do Sr. Leonardo Nunes da Cunha começavam a ganhar forma, suas idéias comunistas eram postas em prática, ora disfarçadas com a decantada 'Educação para a Democracia', de outra feita, mais ousado, com a pregação aberta das eleições diretas na abertura do ano letivo¹².

Na mesma linha, a tática da imprensa consistia sempre em associar as eleições para diretores às idéias “comunistas” do Secretário de Educação, associando-o, ainda, ao PCB numa época em que o anti-comunismo ainda era forte na sociedade brasileira. Na matéria seguinte o jornal insiste na politização das eleições vinculando-as às Diretas-Já, como se lê:

Na semana passada, tecemos alguns comentários sobre a imprudente medida do secretário Leonardo Nunes da Cunha e seu matriarcado instituindo as 'diretas já' nas escolas estaduais. Condenamos o ato do secretário (...). Não se deve nunca, senhor secretário Nunes da Cunha e matriarcado, confundir liberdade com liberalidade¹³.

Em meio ao bombardeio verbal e mesmo antes da normatização, algumas escolas da capital já praticavam as eleições, cujos resultados eram aceitos pela Secretaria de Educação por meio da nomeação do candidato mais votado. O mesmo ocorreu com a nomeação de alguns agentes regionais e do agente especial de educação de Campo Grande¹⁴. Mas esta prática não conseguiu superar a guerra desencadeada contra o decreto que instauraria as eleições para diretores escolares em Mato Grosso do Sul, pois o próprio governo, pressionado, revogou-o. Ao fazê-lo, declarou que desejava implantar mudanças na área educacional, mas desde que fossem bem recebidas. Afirmou mais: que entendia as eleições como um avanço e que o decreto cumpria a vontade da comunidade, que as aprovara no Congresso *Educação para a democracia*. O governo que se seguiu, de Marcelo Miranda Soares, do mesmo partido mas provindo da antiga ARENA, não apenas abandonou essa proposta como desfez conquistas da época, principalmente o piso salarial obtido pelo movimento docente. Sua política educacional foi medíocre. Desde o início, envolto em denúncias de corrupção, e, no final, totalmente isolado da sociedade, este segundo governo do PMDB foi desastroso, abrindo caminho para a volta, desta vez eleito, de Pedro Pedrossian.

¹² O Combate, Campo Grande, 07-13 abr. 1984, p.04.

¹³ Diretas caem nas escolas. Correio do Estado, Campo Grande, 23.05.85, p.02.

¹⁴ A Secretaria de Educação da época contava com as Agências Regionais de Educação, no interior do estado, e uma Agência Especial na capital.

As eleições reapareceram na política educacional sul-mato-grossense no governo de Pedro Pedrossian, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB, 1991-1995), que empunhou esta bandeira como o caminho para democratizar a escola pública. Sem nenhuma resistência da Assembléia Legislativa; com apoio da mesma imprensa que as identificara com o bolchevismo e com o assentimento do movimento docente, as eleições para diretores passaram a ser o grande lema do governo Pedrossian na área educacional. De acordo com a então Secretária de Educação da época, Leocádia Aglaé Petry Leme, as eleições não se efetivaram no governo de Wilson Barbosa Martins porque este havia sido “fraco”, enquanto que no governo Pedrossian houve “vontade política”. Ainda, segundo ela, o governador, logo após formar a sua equipe, chamou os partidos que o apoiavam e avisou: “Não quero interferência na educação”¹⁵.

O governo Pedrossian tentou a retomada da *Educação para a democracia*, pelo menos em alguns pontos, omitindo, porém, as suas origens históricas e trocando expressões ou idéias mais conhecidas. A propósito, eis o que aponta um documento da Secretaria de Educação, do governo do PT, a este respeito: “O governo que viria substituir Marcelo Miranda já era velho conhecido dos servidores, principalmente do magistério Pedro Pedrossian. Os trabalhadores da educação se articulam para retomar algumas bandeiras de lutas, entre elas, eleição para direção de escola, reajuste salarial e revisão do estatuto do magistério”¹⁶. Logo de início, em 1991, foram realizadas, por decreto, com grande campanha publicitária e com apoio da imprensa, as eleições para diretores escolares. Depois, foram criados os Colegiados Escolares, uma forma de direção coletiva inaugurada com o governo do PMDB mineiro em 1983. Mas ao mesmo tempo em que fez dessa bandeira a vitrine da sua “reciclagem”¹⁷, apelou para atos coercitivos na relação com o movimento docente, editando medidas de arrocho salarial, típicas de seus governos anteriores (1961-1965 e 1980-1983). Além disso, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), de grande dimensão física, num momento em que os problemas estruturais do ensino fundamental estavam longe de serem resolvidos, o que desencadeou críticas do movimento docente à época.

Os traços de continuidade presentes na política educacional desse governo se deveram basicamente a dois fatores: a) a equipe que dirigiu a Secretaria de Educação nesse período era composta por profissionais oriundos do governo de Wilson Barbosa Martins (1983-1986), a começar pela própria secretária Leocádia Petry Leme, que conhecia, portanto, as propostas anteriores e haviam vivenciado as dificuldades para a sua implementação na época; b) o governo Pedrossian elegeu a bandeira das eleições escolares como lema da democratização ciente de que elas não eram o “perigo bolchevista” propagandeado pelas forças de direita (1983-1985) às quais ele próprio era vinculado; assim, as eleições foram implementadas sem que se alterasse substancialmente o quadro da educação pública sul-mato-grossense, inclusive com os baixos salários e uma estrutura mais complexa devido à criação da UEMS, que tornou a

¹⁵ PETRY LEME, Leocádia Aglaé. Entrevista. Campo Grande, 23 fev. 1994.

¹⁶ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Constituinte Escolar. Caderno Temático 16, p 13.

¹⁷ A expressão foi usada pelo Pedro Pedrossian no período da campanha eleitoral quando tentou desfazer a sua imagem negativa, que era marcada sobretudo pelas denúncias de corrupção e pelas práticas autoritárias protagonizadas principalmente contra o movimento docente, que o tinha como um inimigo da educação.

dos quais pioneiros no Brasil, tinham sido obra da própria esquerda sul-mato-grossense. Ou seja, mesmo no âmbito de governos considerados “atrasados” ou “burgueses”, a esquerda, em diferentes momentos históricos, havia acumulado uma história de atuação no campo da educação pública sul-mato-grossense. Este é um elemento imprescindível para a análise que deveria (e deve) permear a atuação do governo petista na área educacional. Não se constrói o novo sem o velho já ensinava a dialética, mas o fato é que houve a ilusão de que seria possível começar a história dali.

Quanto aos princípios político-pedagógicos presentes na proposta de educação do primeiro governo petista, passo a analisá-la com base nos documentos produzidos pela *Constituinte Escolar*. Antes, contudo, uma breve distinção entre dois momentos políticos mais significativos da história de Mato Grosso do Sul. Em 1982, quando o contexto era o de luta pela derrota de uma ditadura, a questão democrática era o elemento central que unia diversas correntes em torno de um projeto. Quanto à vitória do PT, em 1998, ocorreu em outra época, quando se tratava de aprofundar a democracia, realizando demandas que não haviam sido acolhidas pelos governos anteriores, uma vez que a esquerda, pelas suas bandeiras históricas de justiça social, representava essa possibilidade. Mas não se tratava, ainda, de um governo socialista ou revolucionário, e sim de um governo capaz de realizar reformas nos marcos do capitalismo. Entretanto não parece ter sido essa a compreensão da equipe da Secretaria de Educação, que começa a estabelecer uma oposição entre “reforma” e “revolução” nos documentos que veiculava, como se observa neste excerto: “Neste momento, nossa ação tem um valor que será reacionário, se reformista, ou revolucionário, se buscar a construção de meios para uma transformação mais ampla”²¹.

Outros documentos revelam a mesma dicotomia que pode ter tornado o debate excessivamente ideológico contrapondo desnecessariamente “reforma” e “revolução”, polêmica antiga no seio das esquerdas e que, no Brasil, gerou sérios equívocos. Parte da esquerda marxista, principalmente o PCB, acabou superando essa compreensão etapista e anti-dialética do processo político; quanto ao PT, especialmente no início de sua formação, costumava designar essa auto-crítica de “reformista”. Enfim, uma tese polêmica no âmbito das esquerdas que deveria estar superada ou pelo menos restringir-se ao debate partidário. Por que razão defendê-la num texto oficial sobre a proposta educacional? Na mesma linha, combatendo a sociedade de classes, a Secretaria criticava os resultados da Conferência Internacional de Educação para Todos, realizada em Nova Delhi, em 1993, que “na lógica capitalista, a educação reivindicada pela Conferência se limita à minimização dos problemas sociais (...). Desse modo, propõe mudanças tópicas de caráter reformista, traindo a idéia de uma educação voltada para a efetiva transformação da sociedade”²². Transpondo a análise para o Brasil e relacionando-a ao modelo neo-liberal adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, concluía que “enquanto o projeto de educação do Governo Federal se pauta por esse modelo de uso da educação como amortecedor dos conflitos sociais, o Governo Popular de Mato Grosso do Sul está empenhado na coordenação de um

²¹ SECRETARIA de Educação. O que é a Constituinte Escolar, p. 11.

²² SECRETARIA de Educação. O que é a Constituinte Escolar, p. 13-14.

*processo constituinte que objetiva discutir (...) as causas efetivas dos problemas sociais e a função da escola no contexto da sociedade contemporânea*²³.

Já no documento *Educação Básica do Campo*, dentre os princípios da Escola Guaicuru, a Secretaria destacava: “*uma pedagogia crítica e libertadora (...) o princípio da omnilateralidade, (...), o princípio da participação e da gestão coletiva e democrática (...)*”, cuja inspiração teórica baseava-se “*na pedagogia libertadora, na pedagogia histórico-crítica, na pedagogia do Movimento Sem Terra e nas várias experiências pedagógicas da educação socialista que propõem uma formação humana transformadora da sociedade e inclusiva, contrapondo-se à pedagogia da exclusão do neoliberalismo*”²⁴. A inspiração socialista está presente também na série dos Cadernos Temáticos em que se lê que o propósito da Escola Guaicuru é “*romper efetivamente com a prática da sociedade capitalista*”²⁵. Mas, se na maioria dos documentos a educação recebe interpretação marxista, variam os marxismos, pois, às vezes defrontamo-nos com algum dogmatismo e economicismo, e outras vezes, percebemos a tentativa de explicitar a especificidade da educação como, por exemplo, no mesmo Caderno, quando é mencionada a função “*emancipatória da escola, de superação, de promoção dos direitos de igualdade, de solidariedade e de resgate da cidadania*”²⁶, o que para alguns pode até soar como visão idealista da educação.

Mas, se a Secretaria não desejava ser “reformista” e sim “revolucionária”, o que deveria realizar em prol das “transformações mais amplas” anunciadas em seus documentos? Talvez este seja o ponto essencial a ser questionado. No âmbito da política educacional seria “reformismo” editar medidas destinadas à melhoria da qualidade de ensino e salários justos para os professores? Um governo de esquerda, de oposição aos que promoveram o atraso em Mato Grosso do Sul, não deveria promover exatamente o que eles se negaram a fazer? E o que pode ser mais “revolucionário” na educação brasileira do que possibilitar condições dignas de vida e de trabalho aos professores, questão intimamente vinculada à qualidade de ensino? *Educação para a democracia* (1983); *Uma proposta de educação para Mato Grosso do Sul* (1991); *Constituinte escolar* (1999); todas essas iniciativas já não foram suficientes para traçar o quadro da educação pública sul-mato-grossense e propor as medidas necessárias para a superação dos problemas já conhecidos? Não estaríamos vivenciando um excesso de propostas, de reuniões, resoluções, leis, decretos, reformas, enquanto a questão essencial não é enfrentada? Que proposta poderá hoje contar com o apoio dos docentes enquanto a sua profissão não for definitivamente valorizada?

O que se evidencia, na verdade, é a saturação, o cansaço e o ceticismo, principalmente por parte dos professores, de serem tantas consultados numa lógica em que o processo de participação parece consistir na política educacional em si.

Enfim, pontos centrais da política educacional praticada pelo PT já estavam em evidência desde 1983 necessitando aprofundamento: participação da comunidade nas decisões da Secretaria de Educação; gestão democrática da escola, repasse financeiro às escolas; discussão sobre currículos; melhoria salarial dos professores. Mas o elemento mais evidente da política educacional de 1998-2003 foi o empenho nos debates e na

²³ SECRETARIA de Educação. O que é a Constituinte Escolar, p. 14-15.

²⁴ SECRETARIA de Educação. Educação Básica do Campo, p. 18 e 25.

²⁵ SECRETARIA de Educação. Gestão Democrática. Série Constituinte Escolar. Cadernos Temáticos 11, p. 03.

²⁶ SECRETARIA de Educação. Gestão Democrática. Série Constituinte Escolar. Cadernos Temáticos 11, p. 05.

Própria participação em si: um princípio da Escola Nova mesclado com ideais petistas? De todo modo, o que se pode adiantar é que Mato Grosso do Sul teve dois governos que representaram momentos muito especiais e esperanças distintas de mudanças: o de 1982 e o de 1998. No primeiro, uma frente composta por forças heterogêneas, a questão democrática foi a tônica influenciando as principais políticas, como foi o caso da educação, que ficou marcada por este contexto. No segundo, de esquerda, o que se pode depreender, numa análise ainda preliminar, é que não estava claro, para o conjunto, qual deveria ser o teor da sua política, por isto aparecem em documentos da Secretaria da Educação, setor mais à esquerda do governo, propostas e idéias de matiz marxista, numa linguagem esquemática e até dogmática, apontando para a necessidade de “uma ampla transformação social” quando, na verdade, o modelo econômico do país não era alterado para a consecução de tal fim. Assim, gerou-se uma expectativa quase impossível de ser cumprida, especialmente se cotejarmos o teor das propostas com o que, de fato, foi implementado.

A propósito, no novo governo do PT, iniciado em 2003, os problemas acumulados vieram à tona. O atual Secretário, Hélio de Lima, ele próprio um dos principais componentes da equipe de 1983, analisando a reivindicação docente de 35% de reajuste salarial e a possibilidade de greve, afirmou que ela seria “temerosa e perigosa”. Hélio de Lima, pela sua história profissional na educação pública sul-mato-grossense e por ser uma pessoa aberta ao diálogo, sempre desfrutou de excelente relacionamento com os docentes da rede estadual, mas não foi ele o designado pelo governo para servir de interlocutor com o movimento grevista e, sim, Ronaldo Franco, Secretário de Gestão Pública.

Sobre esta greve e as reivindicações docentes, declarou a presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul, Maria Eulália Carrara da Silva: “Não estamos exigindo reajuste salarial. O que está em debate são as perdas salariais que tivemos de 2000 para cá, que somam 35% (...) chega um momento em que o salário é insuficiente para uma sobrevivência minimamente digna”²⁷. Argumentando sobre a insuficiência dos 10% oferecidos pelo governo e a intransigência nas negociações, prosseguiu: “O índice de 10% para o professor de nível médio representa dezesseis reais (...). O ideal seria que as negociações envolvessem a discussão das prioridades quanto às políticas públicas, como a Educação, e de que forma a valorização do profissional da área pode ser feita. Achar os mecanismos para elevação do índice de reposição é uma tarefa que pode ser feita (...). Os professores não são radicais. O nosso caminho é o da moderação. Mas não podemos abrir mão de um salário digno”. Levando-se em conta a reação do governo contra os grevistas, ameaçando inclusive com demissões, e que os seus “negociadores” eram ex-sindicalistas, alguns até provindos do próprio movimento docente, analisou a professora: “Sabíamos que a reação do Governo seria essa que aí está. Agora, não há dúvida de que, vinda de uma administração do PT, a retaliação está pecando pelo exagero (...). Quando se nega a própria história é porque se chegou ao fundo do poço. Agora, compreendemos que há um conflito de interesses e que quem é Governo deve reagir como tal. Mas sempre vamos lutar pela negociação. Repressão e autoritarismo são categorias políticas que podem até solucionar um problema específico num dado momento, mas

²⁷ SILVA, M. Eulália Carrara da. Os professores não são radicais. *Correio do Estado*. Campo Grande, 18.05.2003, p. A5. (Entrevista).

*Sempre deixará uma ferida aberta*²⁸.

A professora termina com a constatação de que o secretário especial do Governo, Ronaldo Franco, professor, ex-militante do mesmo movimento docente, com a sua "radicalização" e falta de "possibilidade de diálogo", deveria ser substituído como interlocutor do governo. Mas o governador Zéca do PT foi irredutível e não aceitou o diálogo com os professores. Quanto ao secretário de Gestão Pública, Ronaldo Franco, declarou que "não poderia ser um interlocutor fácil como os professores gostariam, visto que acho que negociamos à exaustão e oferecemos propostas viáveis para manter a governabilidade do Estado"²⁹. Sobre os métodos "truculentos", alegou que: "Nos últimos anos nós aprendemos muito com nossos acertos e erros. Esse tratamento que nós demos à greve é um novo *modus operandi* do Governo. Ou seja; as pessoas não podem mais achar que o Governo está negociando escondendo uma carta na manga (...). O novo *modus operandi* do Governo é esse: vamos discutir exaustivamente, mas no momento em que for finalizado o processo não recuaremos ou agiremos sob pressão"³⁰. Encerrada a greve, os professores obtiveram 10% de reajuste. Dados da Secretaria de Educação revelaram que 86,1% dos docentes possuem nível superior e, com isto, o seu piso salarial oscilaria entre R\$521,98 e R\$1.043,96, respectivamente para a carga horária de vinte e quarenta horas. Em Mato Grosso do Sul, são 14.356 professores nessa condição, mas nem todos têm carga horária de 40 horas. Esta a situação a que chegou a categoria docente da educação pública sul-mato-grossense depois de tantas lutas iniciadas no final dos anos 70!

Quanto o processo da *Constituinte Escolar*, o atual secretário de Educação, Hélio de Lima, disse que na administração anterior a participação das escolas estaduais foi priorizada mas "Mato Grosso do Sul não estava em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Nacional de Educação. Talvez sejamos uma das únicas unidades da federação que esteja ferindo esta lei (...). Na administração do professor Pedro Kemp, por exemplo, foi realizado o Congresso da Constituinte escolar mas este trabalho só atingiu as escolas estaduais. A partir daí, teríamos que dar continuidade para envolver as escolas municipais e a rede particular de ensino"³¹.

Sobre o índice de analfabetismo no estado, admite que é "gravíssimo" e que são "170 mil pessoas sem domínio nenhum da leitura e da escrita, além de 430 mil analfabetos funcionais", isto num estado de dois milhões de habitantes! Dados do *Mapa do Analfabetismo no Brasil*, divulgado pelo IBGE recentemente apontam 27% de analfabetos em Mato Grosso do Sul, dos quais a maioria é constituída de negros e da população rural. Ou seja, um problema histórico e que não vem sendo enfrentado na proporção da sua gravidade.

²⁸ SILVA, M. Eulália Carrara da. Os professores não são radicais. Correio do Estado, Campo Grande, 18.05.2003, p. A5. (Entrevista).

²⁹ FRANCO, Ronaldo. Os professores não ganham bem. Correio do Estado, Campo Grande, 25. 05.2003, p. A5. (Entrevista).

³⁰ FRANCO, Ronaldo. Os professores não ganham bem. Correio do Estado, Campo Grande, 25. 05.2003, p. A5. (Entrevista).

³¹ LIMA, Hélio de. Uma greve agora seria temerosa e perigosa. Correio do Estado, Campo Grande, 09 mar. 2003, p. 5 A.

Conclusão

As possíveis respostas para a permanência de idéias, propostas e práticas na política educacionais sul-mato-grossenses desde os anos 1980, levaram em conta a análise das composições político-ideológicas dos governos aqui estudados, o contexto histórico em que se inseriram, interesses e conflitos que os permearam. Também foram consideradas as influências teóricas subjacentes às propostas defendidas e praticadas ao longo dessa época, mas este aspecto, por ter sido o mais difícil de analisar nas fontes disponíveis, ainda merece estudos mais demorados, pois aqui ainda aparece de forma incipiente. Sem esgotar o assunto ou mesmo reconstituir o período, foram considerados também os traços definidores mais gerais dos governos cujas políticas educacionais demonstraram ter uma linha de continuidade com a política elaborada em 1983-1985. Nessa perspectiva, dois governos se revelaram mais importantes para a análise sobre a possível linha de continuidade herdada daquela política: o de Pedro Pedrossian (PTB, 1991-1995) e o de Zéca do PT (1999-2003).

Nessa continuidade, sobressaíram, enfim, as equipes que compuseram os quadros dirigentes da Secretaria de Educação. Foi possível verificar que, de certa forma, foi formada uma geração de educadores oriundos da democratização ocorrida entre 1982-1985. Intimamente ligado a este aspecto destaca-se a atuação das esquerdas sul-mato-grossenses na área educacional desde o final dos 1970 (PCB e PT).

Enfim, se alguns pontos da política educacional sul-mato-grossense são, de fato, emanados de 1983, a explicação mais plausível para isto pode ser o fato de que a grande questão do Congresso *Educação para a democracia* já estava focalizada na qualidade da escola pública, problema que ainda está na pauta de reivindicações da comunidade educacional. A legitimidade daquelas propostas fizeram com que elementos da política educacional do primeiro governo eleito fossem incorporados pelos seus sucessores. No governo Pedrossian, as eleições escolares foram alçadas à bandeira máxima de democratização da educação, política esta que foi continuada e aperfeiçoada pelo primeiro governo do PT. A gestão escolar, como passou a ser chamada essa forma de direção escolar, foi um dos pontos mais consolidados na gestão de Pedro Kemp frente à Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul.

Mas, como vimos, outros problemas persistem. E não seria exagerado afirmar que valorização profissional da categoria docente ainda é uma demanda repesada que nem mesmo o governo do PT resolveu. É preciso compreender, portanto, que a nossa educação pública não alcançará patamares mínimos de qualidade sem o enfrentamento desse problema. Desnecessário frisar que, em sendo assim, dificilmente, constituir-se-á numa educação "libertadora", que forme o cidadão "omnilateral", como preconizaram as propostas da *Constituinte Escolar*.

Se problemas essenciais permanecem sem solução, a preocupação agora é com o segundo governo do PT, que coincide com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidente, em 2002, mas que governa sem romper com o modelo econômico anterior, até então designado de neo-liberal. Como promover "as amplas transformações sociais" propostas pelo PT de Mato Grosso do Sul? Qual é a esperança para a educação pública sul-mato-grossense sob o segundo governo petista?

Bibliografia

- AZEVEDO, Fernando e outros. A reconstrução educacional no Brasil ao povo e ao governo. In: GUIRALDELLI Jr., Paulo. *História da educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1990. p. 54-78.
- BITTAR, Marisa. *Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído* (1892-1997). Tese de doutorado em História. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1997. (2 volumes).
- BITTAR, Marisa. As eleições para diretores de escolares. *Correio do Estado*, Campo Grande, 10 jan. 2002. Caderno A, p. 6.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora; Niterói: Editora da UFF; Brasília: FLACSO, 1991.
- DEWEY, John. *Vida e educação*. Tradutor: Anísio Teixeira. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- FRANCO, Ronaldo. Os professores não ganham bem. *Correio do Estado*, Campo Grande, 25.05.2003. Caderno A, p. 5. (Entrevista).
- GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Tradução: Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2ª ed. Tradução: Célia Neves e Alderico Toribio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEME, Leocádia Petry. *Entrevista*. Campo Grande, 23 fev. 1994.
- LIMA, Hélio de. Uma greve seria temerosa e perigosa. *Correio do Estado*, Campo Grande, 09 mar. 2003. Caderno A, p. 5. (Entrevista).
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *Constituinte escolar: construindo a escola cidadã*. Cadernos temáticos 7, 11 e 16. Campo Grande, 2000.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *Uma proposta de educação para Mato Grosso do Sul*. Documento básico. Campo Grande, 1991.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *Política educacional*. Campo Grande, 2000.
- MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. *Educação básica do campo*. Série Fundamentos Político-pedagógicos. Campo Grande, 2000. (Cadernos da Escola Guaicuru, nº 3).